



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

ANEXO I DO EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA Nº 17030394/2020-CPL/SELOG/SR/PF/AC)

Processo nº 08220.008238/2018-38

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **fornecimento e instalação de duas Fontes de Alimentação Ininterrupta - Nobreak (UPS) com tecnologia modular, considerando uma potência inicial mínima no gabinete de 150kVA com expansibilidade para 200kVA, por UPS**, conforme especificado neste termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	<i>Fonte de alimentação ininterrupta – Nobreak Modular, Módulos de Potência, Módulo de bateria hot swap – Especificações técnicas contidas no ANEXO 01 deste Termo de Referência.</i>	150398	Unidade	2	R\$ 403.000,00	R\$ 806.000,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E PROCEDÊNCIA DO MATERIAL:

2.1 Os produtos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

2.2. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental;

2.3. Os bens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e

credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar que os materiais estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;

2.4. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados.

2.5. Caso o bem apresentado possua marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante conforme dispõe item 2.3.

2.6. Em qualquer caso as características dos bens apresentados na proposta do licitante serão analisadas criteriosamente pelo setor demandante, podendo ser solicitado folders, catálogos ou amostras.

2.7 Conforme orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis:

a) Só será admitida a oferta dos NOBREAKs MODULARES que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

b) Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 1º, da Lei nº10.520, de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Ademais, os bens em questão são comparáveis entre si e não necessitem de avaliação minuciosa.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de **60 (sessenta) dias**, contados da assinatura do contrato, em remessa única no seguinte endereço:

Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre, localizada à Rodovia BR 364 nº 3501 – Portal da Amazônia – Rio Branco/AC, durante o horário do expediente administrativo.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **30 (trinta) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. O objeto será cumprido e pago, em medição única, apenas após seu recebimento definitivo, ou seja, quando não houver nenhuma pendência quanto a vícios, defeitos ou incorreções, não havendo a necessidade de exigência de garantia.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **02 (dois) anos**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. O prazo estabelecido é necessário

por se tratar de um bem de alto valor agregado e complexidade tecnológica.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **5 (cinco) dias** úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de **0,33% (trinta e três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

16.2.3. multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 806.000,00 (oitocentos e seis mil reais)**.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Orçamento previsto na Ação 15F9 já contemplado pelo PLANOB.

Rio Branco/AC, 26 de Janeiro de 2021.

ERIKA ARAÚJO FIGUEIREDO PEDROSA

Perita Criminal Federal

Reconheço:

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Agente Administrativo
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

Autorizo:

LARISSA MAGALHÃES NASCIMENTO

Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional da SR/PF/AC Em Exercício

ANEXO I

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (Itens 01, 02 e 03):

1.1. Aquisição de duas (2) unidades de UPS de tecnologia modular, cada uma com potência inicial nominal embarcada mínima de 150kVA e expansibilidade mínima para 200kW para atendimento da carga demandada, preservando as características de funcionamento e confiabilidade requerida do sistema.

1.2. Entende-se que um UPS modular é representado por gabinetes que permitam a interconexão com a infraestrutura elétrica do prédio, através de conexão aos cabeamentos elétricos, e a interação com interface home-máquina, que permita a ação e monitoramento do usuário via display de LCD Touchscreen, sendo receptivo a integração com módulos de potência (integração eletroeletrônica via slots), representando assim a potência embarcada disponível para cada gabinete e pré-disposição à expansão futura.

1.3. Características de potência:

Potência inicial nominal mínima embarcada no gabinete do UPS: 150kVA e expansibilidade para 200kW.

1.4. Características de entrada:

1.4.1. Tensão de entrada trifásica (3F+N+T): 380Vca . $\pm 15\%$

1.4.2. Frequência: 60 Hz, $\pm 2\%$ a $\pm 14\%$ (autosensing e/ou selecionável)

1.4.3. Fator de Potência: 0,99

1.4.4. Distorção Harmônica de entrada: $<3\%$

1.4.5. Tipo de conexão: “Bornes” ou “Barra de Terminais”.

1.4.6. Compatível com Grupo Gerador.

1.4.7. Compatível para trabalhar com transformador e auto Trafo.

1.5. Características de saída:

1.5.1. Tensão de saída trifásica (3F+N): 380Vca.

1.5.2. Fator de Potência mínimo: 1,00

1.5.3. Regulação Estática de saída: $\pm 1\%$

1.5.4. Frequência (Em Modo Bateria): 60 Hz $\pm 1\%$

1.5.5. Rendimento a plena carga: > 96%

1.5.6. Suporte à sobrecarga: 10 minutos com até 125% de carga e 60 segundos com até 150% de carga.

1.5.7. Tipo de conexão: “Bornes” ou “Barra de Terminais”.

1.6. BYPASS:

1.6.1. Bypass automático: Considerando que o BYPASS é um modo de operação no qual a alimentação presente na saída do UPS provém diretamente da rede. O Bypass automático garante que o UPS, mesmo quando o inversor falhe ou sobre aqueça, mantenha os equipamentos ligados sem interrupção na alimentação, desde que haja a rede presente. O BYPASS automático também deve ser acionado em condições de sobrecarga, representado pela ligação inadvertida de uma quantidade de equipamentos maior do que aquela para a qual o UPS foi construído, protegendo assim os seus circuitos internos.

1.6.2. BYPASS manual/forçado: Através do Menu de configurações (display) deverá ser possível acionar/forçar o Bypass manualmente por opção do usuário.

1.6.3. BYPASS de manutenção: O gabinete do UPS deve possuir uma chave de BYPASS de manutenção que desvia a tensão de entrada do circuito do UPS diretamente para a saída, mantendo a alimentação da carga (aparelhos conectados ao UPS), sem a necessidade de desligá-las. A chave de BYPASS de manutenção deve permitir que o UPS seja desligado para a realização de eventuais manutenções preventivas ou corretivas.

1.7. Características da Interface Homem-Máquina:

1.7.1. Display touch screen de 8” (mínimo) com acesso frontal externo ao gabinete, que além de permitir a exibição das medições, dos alarmes e do status de operação, deve também permitir o acesso aos menus de configuração para adequar os parâmetros do UPS. Preferencialmente o display deve dispor de ícones interativos para facilitar a navegação e seleção das funções a serem controladas, garantindo praticidade e rapidez na interação.

1.7.2. Relatório de dados e eventos (Data Log): O IHM do gabinete deve apresentar os registros de sinalizações dos eventos relacionados com a rede elétrica e o próprio UPS. Itens mínimos a fim de registro são: Intervenção de Bypass, Sobreaquecimento, Sobrecarga, Intervenções na Bateria, Descarga total das baterias, Eventos (informação, aviso, crítico) e Alarmes, possibilitando a análise de seu histórico de ocorrência.

1.7.3. Portas de comunicação:

1.7.3.1. Porta RS485

1.7.3.2. Porta USB Host: Utilizado para atualização de firmware

1.7.3.3. Slot para cartão de gerenciamento remoto SNMP/ModBus, com o cartão incluso, considerando as comunicações SNMP/ModBus over IP, via conexão RJ45.

1.7.3.4. Emergency Power Off (EPO): O gabinete do UPS deve possuir um contato EPO, permitindo a inclusão de um botão externo a ele. Como funcionalidade, o contato EPO quando acionado via um botão externo, deve executar a parada imediata do UPS, realizando o auto desligamento do sistema e cessando o fornecimento de energia para a carga. Este contato EPO, deve ser configurável como Normalmente Aberto (NA) ou como Normalmente Fechado (NF), sendo possível realizar esta configuração através da interface de usuário (display).

1.7.4. Software de supervisão e gerenciamento para plataforma Windows, que possibilite gerenciar os dois gabinetes dos UPS em uma única tela, considerando os seguintes recursos:

1.7.4.1. Visualização em tempo real de todas as grandezas elétricas na entrada/saída (tensão, corrente, potência, frequência, autonomia, carga, etc.);

1.7.4.2. Indicação de todos os alarmes;

1.7.4.3. Diagrama de fluxo de energia;

1.7.4.4. Registro de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);

1.7.4.5. Autonomia do banco de baterias;

1.7.4.6. Enviar traps SNMP e permitir ao usuário selecionar eventos;

1.7.4.7. Enviar e-mails para endereços previamente programados, no mínimo, dos seguintes eventos:

1.7.4.7.1. Acionamento do bypass;

- 1.7.4.7.2. Sobrecarga;
- 1.7.4.7.3. Inversor desligado;
- 1.7.4.7.4. Botão de emergência pressionado;
- 1.7.4.7.5. Tensão de entrada e/ou saída anormal;
- 1.7.4.7.6. Sobretemperatura no equipamento;
- 1.7.4.8. Permitir monitoração remota através de protocolo SNMP (Protocolo de comunicação SNMP UPS MIB RFC 1628);
- 1.7.4.9. Permite a execução/invocação de alguns programas no formato “.EXE” e “.BAT”.
- 1.7.4.10. Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm, User e Operator)

1.8. Características dos módulos de potência:

- 1.8.1. Os módulos de potência devem ser idênticos, com capacidade mínima de 25kW e capacidade máxima de 50kW, em que, trabalhando em paralelo, a somatória disponibilizem a potência mínima de 150kW por gabinete.
- 1.8.2. Os módulos de potência devem permitir diversos formatos de funcionamento, sendo eles, soma de potência e redundância, mantendo o alto nível de eficiência do sistema, como também o controle/gestão de falhas de acordo com o número de módulos de potências instalados versus o consumo dos equipamentos.
- 1.8.3. Cada módulo de potência deve possuir, de forma independente, o seu próprio Retificador, booster, corretor de fator de potência de entrada (PFC), Inversor, Carregador de Bateria, Circuito Lógico de Comando e Bypass automático (chave estática), ou seja, a construção do módulo de potência deve ser baseada em uma estrutura descentralizada, que diminuam os riscos de falha da solução como um todo, garantido que na falha de um dos módulos os outros continuem funcionar plenamente sem interrupção à carga.
- 1.8.4. Para facilitar a visualização do status de funcionamento (Exemplo: Online, Bypass, Baterias, Falha ou Desligado), cada módulo de potência deve possuir uma barra de LED multicolorida com esta função.
- 1.8.5. Para facilitar a expansão da capacidade e manutenção, os módulos de potência devem ser do tipo “Plug & Play”, realizando sua autoconfiguração de forma independente e automática, após a sua colocação no gabinete, garantido a redução do MTTR na possibilidade de falha de um módulo de potência, mantendo a segurança requerida pelo sistema.
- 1.8.6. Sistema deverá ser do tipo “hotswap”, permitindo a troca dos módulos de potência com o sistema em pleno funcionamento, de forma a respeitar os procedimentos de manutenção sem riscos ao funcionamento dos outros módulos de potência e consequentemente da carga, além de manter um baixo MTTR, que deve ser de no máximo 20 minutos.

1.9. Características dos módulos de baterias:

- 1.9.1. Autonomia mínima de 10 minutos para a carga demandada de 150 kW para cada gabinete de 200kW.
- 1.9.2. A autonomia deverá ser comprovada através de memorial de cálculo da bateria, considerando tensão de corte de 1,75Vdc/célula ou 10,5Vdc/monobloco.
- 1.9.3. Tipo de Baterias: Seladas, VRLA (Valve Regulated Lead Acid) de eletrólito absorvido, fabricadas com tecnologia de última geração – AGM (eletrólito imobilizado através da absorção no separador de fibra de vidro), compostas por monobloco de 12 Vdc. (Nota: Deverão ser fornecidas baterias chumbo-ácidas do tipo estacionárias seladas (herméticas) com princípio de funcionamento através da recombinação de gases, absolutamente livres de manutenção para utilização em sistemas de telecomunicações, UPS, iluminação de emergência e alarmes de segurança em geral. Deverão garantir a ausência de emissão de gases e perda de eletrólito, tornando-se desnecessário o controle da densidade e a adição de água durante toda a sua vida útil).

2. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

- 2.1. Os requisitos descritos em seguida são exigidos para os itens 01, 02 e 03:
 - 2.1.1. Prazo de garantia: O Termo de Garantia Técnica fornecido pelo licitante deve conter, explícita e obrigatoriamente, as condições abaixo relacionadas:

a) Garantia total por um **período não inferior a 2 (dois) anos**, contados a partir da data de emissão, pela Superintendência da Polícia Federal no

- Acre, do atestado de recebimento definitivo dos equipamentos, incluindo todos os custos de instalação, reparo e substituição do que se fizer necessário;
- b) Os equipamentos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção do fabricante e com a garantia de não serem descontinuados por um prazo mínimo de 3 (três) anos após a sua entrega;
- c) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução a Superintendência da Polícia Federal no Acre, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor;
- d) A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação, instalação, montagem e desempenho dos equipamentos, software e acessórios envolvidos na implementação da solução;
- e) Os chamados deverão ser abertos através de número telefônico ou e-mail, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;
- f) Durante todo o período de garantia contratado o serviço de suporte deverá ser suprido em regime 8x5 (horário comercial) para todo o hardware ofertado, incluindo chamados técnicos;
- g) O atendimento da garantia de hardware deverá ser do tipo “on site”, ou seja, no local onde os equipamentos estiverem instalados. Para o presente edital os equipamentos ofertados serão instalados em Rio Branco/AC.
- h) Prazo máximo de 72 (Setenta e duas) horas para determinação e solução dos problemas, incluindo reparo/substituição de componentes defeituosos, a partir da data e hora da notificação da Superintendência da Polícia Federal no Acre à LICITANTE. As notificações somente ocorrerão no período de 8 (oito) às 18 (dezoito) horas e os dias não úteis não serão considerados para efeito de contagem do tempo de atendimento.
- i) Entende-se por término do atendimento a hora em que o equipamento for disponibilizado para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde estiver instalado, estando condicionado à aprovação do Contratante, conforme o caso.

2.1.2. Documentação: serão aceitos os documentos a seguir relacionados como formas de comprovação, os quais deverão acompanhar a proposta, sob pena de desclassificação:

- a) Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, em original ou cópia autenticada, não o sendo aceitos documentos impressos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;
- b) Documentos obtidos pela Internet no site do fabricante do hardware ou do software, cujas páginas deverão ser impressas com a indicação do endereço URL em que foram obtidas;
- c) Serão feitas diligências ao site do fabricante na fase de aceitação, com objetivo de analisar a compatibilidade técnica do produto apresentado em proposta / catálogo com as demais características solicitadas em edital, inclusive marca, modelo e autonomia. Atributos técnicos exigidos como obrigatórios e não comprovados na documentação técnica fornecida pela licitante, ou constantes no site oficial do fabricante poderão ser considerados não atendidos.
- d) Fica ressalvado que a descrição do produto a ser ofertado, deverá ser o da especificação peculiar da marca do equipamento, não o da transcrição fiel das especificações descritas no presente edital, salvo se esta for idêntica em sua integralidade com o requisitado.
- e) Na fase de aceitação da proposta, o licitante deverá apresentar tabela comprobatória das características técnicas exigidas, informando a página do manual ou catálogo técnico de cada característica técnica; informar na proposta todos os itens que compõe o produto ofertado, incluindo acessórios software de gerenciamento e garantia, fabricante e descrição. A não inclusão na proposta, de qualquer um dos itens solicitados, fará com que a proposta esteja em desacordo com o Termo de Referência, acarretando na desclassificação da empresa proponente.
- f) Os produtos ofertados devem ser de série e com fabricação contínua para que possibilitem a devida reposição de peças em garantia e fora de garantia sem atrasos.
- g) O licitante obrigatoriamente deverá informar em campo eletrônico próprio do certame a MARCA e o MODELO do produto ofertado, sob pena de desclassificação da proposta caso não apresente tais informações.

2.1.3. Qualificação técnica: Os seguintes documentos e declarações deverão ser apresentados pela licitante vencedora, sob pena de desclassificação. Cada declaração/atestado deve conter a respectiva razão social, o CNPJ e o endereço completo da licitante:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o fornecimento e instalação de equipamento compatível em características com o objeto desta licitação, para o item cotado.
- b) Declaração da Licitante de que disponibilizará para a instalação dos equipamentos e a prestação da garantia, equipe técnica qualificada com responsável Engenheiro Eletricista ou Técnico registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços, devendo a qualificação ser comprovada quando da assinatura deste contrato.
- c) Declaração da licitante de que realizou Vistoria Técnica e se cientificou das peculiaridades do local, das condições para a instalação dos equipamentos, das possíveis dificuldades, do padrão da instalação, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual, conforme modelo do Anexo II. A vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta das 08:30 às 12:30 e das 14:00 às 16:30, mediante prévio agendamento pelo telefone: (68) 3212-1320; ou
- c.1) Desistência formal da Vistoria técnica, abdicando do direito de se cientificar das peculiaridades do local, das condições para as instalações, declarando que está ciente e de que não será admitida qualquer futura alegação de dificuldades para a entrega dos equipamentos e para a prestação dos serviços complementares e que deverá assumir total responsabilidade pela execução do contrato no valor total ofertado, conforme modelo do Anexo III.

2.1.4. Instalação:

- a) Faz parte do escopo do fornecimento a instalação dos equipamentos ofertados e dos softwares de gerenciamento, que deverá ser acompanhada por técnicos da equipe de manutenção da Superintendência da Polícia Federal no Acre.
- b) Os equipamentos serão instalados na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre, localizada à Rodovia BR 364 nº 3501 – Portal da Amazônia – Rio Branco/AC, por técnico do quadro do fabricante e/ou do quadro de empresa credenciada pelo fabricante sem quaisquer ônus para o DPF, incluindo:
 - i. Transporte horizontal e vertical até o local de sua ligação;
 - ii. Aferição e regulagens;
 - iii. Conexão do equipamento ao quadro existente, incluindo cabos, conexões e eletrocalhas, garantindo a total compatibilidade com os demais sistemas;
 - iv. Energização e testes de partida, com fornecimento de relatório.
- c) Os serviços de implantação correspondem a todas as atividades desenvolvidas pela Contratada para a efetiva instalação e configuração de toda a solução proposta até a sua efetiva operação, atendendo aos requisitos mínimos a seguir:
 - i. Elaboração de Cronograma Detalhado de Execução do objeto contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato.
 - ii. As configurações poderão ser feitas em horário comercial desde que não impliquem em interrupção dos serviços.
 - iii. A empresa vencedora deverá, quando da execução dos serviços, enviar com antecedência mínima de 48 horas, a relação de pessoal que irá realizar a sua execução. Durante os trabalhos, todo o pessoal deverá utilizar crachá de identificação.
 - iv. Os serviços deste item devem ser realizados sob a supervisão de um profissional com certificação técnica do fabricante. Entretanto, a configuração dos equipamentos deve ser realizada diretamente e exclusivamente por este profissional.
 - v. A execução do objeto deve estar concluída conforme os prazos máximos indicados no Termo de Referência.

2.1.5. Testes:

- a) Para o recebimento dos equipamentos e autorização para instalação, deverão ser aprovados todos os ensaios previstos nas normas que regem o assunto, na presença de membros da engenharia indicados pela Superintendência da Polícia Federal no Acre.

- b) O fornecedor deverá notificar a Superintendência da Polícia Federal no Acre com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a data prevista para os ensaios. Deverão ser fornecidos em duas vias, relatórios completos dos ensaios realizados.
- c) A contratada fica responsável, caso entenda necessário, por vistoria prévia no local de instalação do UPS, para verificação das condições ambientais, tais como climatização, acesso, espaço disponível, quadro elétrico de energia estabilizada, e demais itens necessários para a instalação e testes do equipamento (ambiente, escadas, largura de portas, etc.) e infraestrutura elétrica (entrada/saída, disjuntores, etc.);
- d) Deverá ser prevista no fornecimento a realização de teste de capacidade das baterias em campo. O teste deve ser feito de acordo com as recomendações do fabricante e Normas aplicáveis. A Contratante se reserva o direito de rejeitar as baterias que não correspondam satisfatoriamente aos testes.
- e) Caso na execução dos testes, haver queima de alguns componentes, placas e/ou equipamentos, caberá ao contratado a reposição dos mesmos.
- f) Após os testes de aceitação, uma vez satisfeitas as condições impostas pelas normas de referências e pelas disposições desta especificação, e não existindo pendências impeditivas, serão autorizados a entregar os equipamentos e materiais, sem prejuízo das garantias estipuladas na documentação.
- g) Após a instalação dos equipamentos, deverá ser simulada uma falha de energia para verificação da autonomia das baterias, estando o sistema em funcionamento normal e sem nenhuma pendência, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, válido por 30 dias. Após este período e verificada a ausência de qualquer falha no equipamento será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

2.1.6. Treinamento: O proponente deverá fornecer treinamento para uma equipe mínima de 3 (três) pessoas, indicadas pela Contratante, nos procedimentos necessários ao bom uso do subsistema ofertado, com carga horária mínima de 20 horas em turma única com as seguintes características:

- a) Intervenção emergencial por autoatendimento;
- b) Permitir que o usuário possa executar a substituição do módulo de potência danificado pelo módulo de potência armazenado como backup que será fornecido junto à solução.
- c) O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Superintendência da Polícia Federal no Acre;
- d) O treinamento deverá ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante.
- e) O material didático do treinamento deverá ser oficial do fabricante, homologado pelo mesmo, e fornecido pelo licitante.
- f) A capacitação terá como base a utilização dos recursos nativos do nobreak e do uso de softwares fornecidos pelos respectivos fabricantes dos equipamentos, abrangendo pelo menos os seguintes tópicos:
 - i. Visão geral de Hardware & Software;
 - ii. Log e Alertas, e;
 - iii. Gerenciamento de eventos.
- g) Devem ser encaminhados com 15 dias de antecedência, em relação à data da primeira realização, o programa de atividades e os recursos necessários para a realização do curso de treinamento.
- h) Os custos referentes ao curso de treinamento devem estar inclusos no fornecimento dos equipamentos e poderão ser realizados após a instalação das máquinas e realização dos testes de autonomia.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente, declaramos para fins de participação do processo licitatório para fornecimento e instalação de duas Fontes de Alimentação Ininterrupta - Nobreak (UPS) com tecnologia modular, considerando uma potência inicial mínima no gabinete de 150kVA com expansibilidade para 200kVA, por UPS, incluindo a entrega, instalação e garantia de funcionamento de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses (conforme Termo de Referência), que o(a) Sr.(a) _____, representante da empresa

_____, CNPJ nº _____, situada no endereço _____

compareceu a Superintendência da Polícia Federal no Acre, para se cientificar das peculiaridades do local para instalação dos equipamentos, da possíveis dificuldades, do padrão da instalação, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual.

_____, _____, de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa

Nome: _____ Cargo: _____ RG: _____

OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente, a empresa _____, CNPJ nº _____, situada no endereço:

_____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr. (a) _____, apresenta DESISTÊNCIA FORMAL DE VISITA TÉCNICA, para fins de participação do processo licitatório para fornecimento e instalação de duas Fontes de Alimentação Ininterrupta - Nobreak (UPS) com tecnologia modular, considerando uma potência inicial mínima no gabinete de 150kVA com expansibilidade para 200kVA, por UPS, na Superintendência da Polícia Federal no Acre, incluindo a entrega, instalação e garantia de funcionamento de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses (conforme Termo de Referência), abdicando do direito de se cientificar das peculiaridades do local para a instalação dos equipamentos, e declara que está ciente e de que não será admitida qualquer futura alegação de dificuldades e que deverá assumir total responsabilidade pela execução do contrato no valor total da proposta.

_____, _____, de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa

Nome: _____ Cargo: _____ RG: _____

OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MAGALHAES NASCIMENTO**, Superintendente Regional em Exercício, em 27/01/2021, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ERIKA ARAUJO FIGUEIREDO PEDROSA**, Perito(a) Criminal Federal, em 28/01/2021, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17481974** e o código CRC **2E1CFA6B**.

Referência: Processo nº 08220.008238/2018-38

SEI nº 17481974